

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 105, DE 2003

Acrescenta parágrafo 3º, ao art. 42, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para garantir a concessão de aposentadoria por invalidez ao trabalhador rural incapaz de exercer a sua atividade.

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS

Relator: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe acrescenta § 3º ao art. 42 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para assegurar a concessão de aposentadoria por invalidez aos segurados especiais incapazes de reabilitação para o exercício de atividade rural.

A Proposição foi distribuída para as Comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Redação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 105, de 2003, acrescenta dispositivo ao art. 42 da Lei nº 8.213/91 para determinar que seja concedida aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, ao segurado especial incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade rural.

A legislação previdenciária em vigor prevê a concessão de aposentadoria por invalidez a todo e qualquer trabalhador filiado ao regime geral de previdência social que seja considerado, pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de qualquer atividade que lhe garanta a subsistência.

No caso específico do segurado especial, a perícia médica do INSS tem recorrentemente recusado a concessão da aposentadoria por invalidez nos casos em que o trabalhador apresenta-se incapacitado para o exercício da atividade rural, pois entende que poderia exercer outra atividade de caráter “urbano”.

Cabe destacar, no entanto, que o segurado especial em sua esmagadora maioria não dispõe de treinamento adequado para o exercício de outra atividade que não aquela exercida no campo. Além disso, o eventual exercício de uma atividade de caráter urbano implicaria a sua transferência para a cidade mais próxima, levando à desagregação do núcleo familiar.

Buscando, portanto, reverter esse injusto quadro, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 105, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputada LAURA CARNEIRO
Relatora